

Medeiros Lima, Carlos Alberto

Ferro, fogo e alívio das febres: o sudeste brasileiro e o impulso na direção da fronteira no início do século XIX

Tempo, vol. 20, 2014, pp. 1-21

Universidade Federal Fluminense

Niterói, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167031535008>



Tempo,

ISSN (Versão impressa): 1413-7704

secretaria.tempo@historia.uff.br

Universidade Federal Fluminense

Brasil

Ferro, fogo e alívio das febres: o sudeste brasileiro e o impulso na direção da fronteira no início do século XIX¹

Carlos Alberto Medeiros Lima^[1]

Resumo

No início do século XIX, as discussões sobre a malária feitas por alguns médicos e várias autoridades com histórico de atuação em diversas regiões do Atlântico manifestavam a concepção de que o desmatamento teria implicações positivas para o saneamento. Isso se ligava a um avanço até então desconhecido na direção da apropriação da terra na fronteira agrária, a expensas de matas tradicionais, tendo esse avanço sido fortemente marcado pelo impacto das endemias rurais. Tudo se passava numa época marcada por crescimento da população livre brasileira, pela interiorização da lavoura canavieira, especialmente em São Paulo, pela expansão cafeeira, pelo avanço da fronteira agrária também como estratégia de sobrevivência para a pobreza, pela supressão da regulação da ocupação de baldios em 1822 e pelo enfrentamento da recessão atlântica do segundo quarto do século XIX. Avalia-se a difusão da concepção por meio de dados sobre migrações para a fronteira agrária e sobre o impacto da malária entre os livres.

Palavras-chave: malária no sudeste brasileiro; história agrária; história ambiental.

Hierro, fuego y alivio de las fiebres: el sureste de Brasil y el empuje hacia la frontera a principios del siglo XIX

Resumen

A principios del siglo XIX, las discusiones sobre la malaria hechas por algunos médicos y diversas autoridades con un historial de trabajo en distintas regiones del Atlántico manifestaban la noción de que la deforestación tendría consecuencias positivas para el saneamiento. Eso se relacionó con un avance hasta entonces desconocido hacia la apropiación de tierras en la frontera agraria, a costa de bosques tradicionales. El avance se caracterizó fuertemente por el impacto de las endemias rurales. Todo estaba ocurriendo en un momento de crecimiento de la población brasileña libre, de la internalización de las plantaciones de caña de azúcar, especialmente en São Paulo, de la expansión de la producción de café, del avance de la frontera agraria también como una estrategia de supervivencia a la pobreza, de la eliminación de la regulación de la ocupación de vacantes en 1822 y del combate a la recesión atlántica en el segundo cuarto del siglo XIX. Evaluamos la difusión de esa noción por intermedio de los datos sobre la migración hacia la frontera agraria y sobre el impacto de la malaria entre los hombres libres.

Palabras clave: la malaria en el sureste de Brasil; historia agraria; historia ambiental.

Fire, broadax and fever relieve: southeastern Brazil and the boost toward the agrarian frontiers in early 19th century

Abstract

In the beginning of the 19th century, discussions about malaria by some physicians and authorities who had acted in many Atlantic regions showed the idea that deforestation would impact positively on sanitation in Brazil. This was related to a boost — unknown until then — toward the agrarian frontiers at the expense of traditional forests and strongly marked by the rural endemics. It all happened in a time marked by the growth of the Brazilian free population, by the internalization of sugarcane farms — especially in São Paulo — by the coffee expansion, by the increase of agrarian frontier as a survival strategy for poverty, by the suppression of regulations for the settlements on vacant slots in 1822, and by the Atlantic recession in the second quarter of the 19th century. The dissemination of this conception can be evaluated based on data about migration to the agrarian frontier and the impact of malaria among free people.

Keywords: malaria in southeastern Brazil; agrarian history; environmental history.

Le fer, le feu et le soulagement de la fièvre: le Sud-Est du Brésil et l'élan vers la frontière agraire au début du XIX^e siècle

Résumé

Au début du XIX^e siècle, les discussions sur le paludisme par certain médecins et diverses autorités qui avaient agi dans diverses régions de l'océan atlantique ont manifesté l'idée du déboisement comme un facteur positif pour l'assainissement. Ce concept était lié à une avancée, jusque-là totalement inconnue, vers l'appropriation privée des terres dans la frontière agraire aux dépens des forêts, mais fortement marquée par les endémies rurales. Tout cela est arrivé à une époque où la population libre était à forte croissance en raison de l'internalisation de l'agro-industrie de la canne, en particulier dans l'État de São Paulo, du fait de l'expansion du café, de l'élan vers la frontière agraire comme moyen de survie à la pauvreté, de la suppression des réglages pour l'occupation des terrains vagues dans 1822, et de la récession atlantique à la fin du XIX^e siècle. Nous évaluons la diffusion de cette conception sur la base des données relatives à la migration vers la frontière agraire et à l'impact du paludisme sur les libres.

Mots clés: paludisme au Sud-Est du Brésil; histoire agraire; histoire de l'environnement.

Artigo recebido em 05 de dezembro de 2013 e aprovado para publicação em 13 de janeiro de 2014.

[1] Departamento de História da Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Curitiba (PR) – Brasil. E-mail: carlima3@gmail.com

¹O trabalho do qual este artigo decorre pôde contar com uma bolsa de produtividade em pesquisa nível 2 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo nº 306987/2012-0.

O bjetiva-se acrescentar à análise da relação que se estabeleceu com o ambiente no Brasil do primeiro terço do século XIX algumas questões derivadas da pesquisa recente sobre história agrária e informações vindas da história das doenças. José Augusto Pádua resumiu com pertinência as expectativas vigentes entre letrados a respeito do mundo natural brasileiro no final do século XVIII e no início do seguinte. Uma primeira visão se pautava por sua desvalorização, por esse mundo lhe ser indiferente ou mesmo por desqualificá-lo. Uma segunda atribuía grandeza ao ambiente, mas julgava que o excesso de exuberância travava o desenvolvimento humano. Uma terceira considerava o avanço sobre o meio natural algo incontornável no rumo ao progresso, ao passo que uma quarta percepção estava associada aos românticos, que louvavam o ambiente apenas em termos retóricos e abstratos, sem dar muita atenção à destruição efetiva. As posições resumidas nesse esquema, majoritárias frente aos preservacionismos pioneiros detectados por Pádua, podem ser relacionadas com movimentos da história agrária do período.²

A fronteira

A fronteira agrária avançava rapidamente no Brasil durante o período estudado, conduzindo a derrubadas. Essa situação foi afetada pelo “renascimento agrícola”³ e pelo fomentismo agrário do final do século XVIII,⁴ mas também pelo crescimento conjuntural da atividade econômica retomado em 1808–1810. É difícil estabelecer quando este último deu lugar à retração, pois pode ter sobrevivido à virada para baixo de 1814 sugerida pela análise de ondas longas. Parece ter havido um relativo descolamento entre o nível de atividade interno e os preços externos dos produtos, no sentido de que os produtores teriam mantido os valores exportados e o nível das atividades aquecido ao apostarem nas quantidades, nessa época especialmente, de açúcar.⁵ O estímulo para o crescimento agrário foi impactado pelos desembarques de africanos, crescente, com poucas flutuações, até 1828–1829.⁶ A longa recessão do segundo quarto do século XIX poderia ter arrefecido esse ímpeto, mas ela foi vivenciada no sudeste brasileiro com a expansão da lavoura cafeeira e com o impulso para a formação de novas unidades produtivas ditado pela interrupção da distribuição de sesmarias em 1822, que deu um novo lugar aos apossamentos.

Dean lembrou que o café, na época um cultivo tragicamente mais móvel que a cana-de-açúcar, apesar da perenidade, deu continuidade à interiorização do povoamento e da agricultura iniciada pela mineração.⁷ Acrescente-se que a cana-de-açúcar passara a difundir-se mais no planalto em seguida ao

²José Augusto Pádua, *Um sopro de destruição*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004, p. 27-28.

³Caio Prado Júnior, *História econômica do Brasil*, 12. ed., São Paulo, Brasiliense, 1970, p. 79 et seq.

⁴Arno Wehling, “O fomentismo português no final do século XVIII: doutrinas, mecanismos e exemplificações”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 316, Rio de Janeiro, 1977, p. 170-277.

⁵João Luís Ribeiro Fragoso, *Homens de grossa aventura*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992, p. 113; 131 et seq.

⁶Manolo Florentino, *Em costas negras*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 46.

⁷Warren Dean, *A ferro e fogo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

início do século XIX. Ela criava tendência à preservação de matas para combustível,⁸ além de não demandar tantos deslocamentos quanto os exigidos pela lavoura cafeeira praticada na época, sendo seu trajeto mais de expansão do que de transferências. Por outro lado, seu percurso foi mais acidentado, com reviravoltas avolumando-se à medida que se aproximava a metade do século. A acumulação com ela realizada, assim como as propriedades e redes de financiamento que se estruturaram ao seu redor, impediu a redução da importância da exportação de açúcar de representar alguma espécie de alívio para as matas: em Campinas, Piracicaba, Limeira e Rio Claro, para citar apenas exemplos relacionados aos temas tratados aqui, a cana em dificuldades foi substituída por café em ascensão por volta de 1850. A percepção acerca do ambiente brasileiro foi afetada por esse ímpeto expansivo.

Matos e pântanos

A questão das doenças produzia visões contraditórias sobre o ambiente brasileiro. Até 1849, o Brasil esteve a salvo das pandemias do século XIX, estimulando uma imagem de amenidade e salubridade acerca do país. Inversamente, a visão se tornava bem menos singela quando se atentava para as endemias. Ainda que não fosse preponderante, era possível perceber também no Brasil a ideia que associava a malária à vizinhança de matas. Teixeira, por exemplo, sustenta que, antes das discussões microbiológicas do fim do século XIX sobre as “febres paulistas”, não se duvidava muito da prevalência da malária, explicando-se esta última pelos “miasmas palúdicos, emanações deletérias provenientes de matas e pântanos”.⁹ Os partidários da putrefação encontravam matérias em decomposição tanto em pântanos quanto em florestas. Por muitos, as matas eram vistas como um obstáculo ao saneamento das regiões por meio dos ventos. Os que inculpavam a fertilidade do solo ou organismos vivos achavam que a agricultura redirecionaria esse potencial para produtos ao invés de miasmas.

Como se sabe, predominava o temor a áreas encharcadas, no que talvez se tivesse razão. No entanto, eram encontradas manifestações que inculpavam outros tipos de arranjo ambiental. Este último tipo de posição, apesar de não ter sido muito difundido, interessa mais de perto aqui, pois se manifestou na racionalização de derrubadas no final do século XVIII e princípios do seguinte. Aparecia fora da profissão médica do período, tendo sido mais comum entre agentes dotados de um histórico de atuação em diversas regiões do Atlântico que lhes houvesse permitido vivenciar ambientes pestilenciais diferentes. Além disso, embora frequentemente contraditórios, esses desenvolvimentos

⁸Marcus J. M. de Carvalho, “O outro lado da Independência: quilombos, negros e pardos em Pernambuco (Brasil), 1817–23”, *Luso-Brazilian review*, vol. 43, n. 1, Madison, 2006, p. 3.

⁹Luiz Antonio Teixeira, “As febres paulistas da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo: uma controvérsia entre porta-vozes de diferentes saberes”, *História, ciências, saúde – Manguinhos*, vol. 11, suplemento, Rio de Janeiro, 2004, p. 46.

seriam intensificados por perspectivas do fim do século XIX, como será visto ao final deste trabalho.

Uma articulação muito direta entre crescimento agrário, devastação e saneamento apareceu em Campos dos Goytacazes, que começava seu crescimento como área produtora de açúcar. Manoel Martins do Couto Reis, engenheiro militar com farta circulação entre autoridades fluminenses, realizou extenso levantamento econômico e demográfico de Campos por ordem de Luiz de Vasconcellos e Souza,¹⁰ o que permite situá-lo nos quadros de uma administração ilustrada tocada pelo fomentismo agrário luso.¹¹ Reis atribuía à corrupção dos ares uma origem natural, esperando reduzi-la com o aproveitamento econômico do espaço:

Os Sertoens do Moriahe, forão em outro tempo ororozos por mais pestiferos; porque as suas terras incultas, os altos arvoredos de que se revestião, os seos extensos brejaes, e ultimamente, a falta de fogos, e de outros beneficios, que agitassem, e rompessem livremente hum ar denso, e carregado, necessariamente havião de produzir funestas consequencias. Mas logo, que os homens excitados do interece de se aproveitarem das terras incultas, desterrarão o primeiro terror, apesar da perda de muitas vidas e entrarão a estabelecer fazendas nos ditos Sertoens, fazendo fogos, descortinando matos, e purificando os ares, ficarão menos rigo-rozos; porem ainda assim, tão pouco melhorarão, que se reputão pelos mais nocivos.¹²

Cria, portanto, em um doentio adensamento do ar, adensamento este originado da presença de pântanos e matas. Nas suas “Memorias de Santa Cruz”, Couto Reis voltava ao ponto, ao relatar os trabalhos da Companhia de Jesus. O uso agrícola e criatório do solo, levando à redução de suas madeiras, teria deprimido seu caráter palustre. O problema em Santa Cruz havia sido o dos “brejaes”, que, “encalhados entrelaçavam a maior parte de um terreno, até então agreste, apaulado, inútil e impenetrável”. A solução teria sido cultivar “o mais fácil, e reduzindo a pastos, trataram pouco a pouco de esgotar as immensas humidades que restavam”. Tratara-se de “remediar com arte os defeitos da natureza”, transformar “a deformidade de um brejal immenso em campo ameno”. Para ele, haviam sido corretos os planos no fim das contas não realizados pelos jesuítas (em virtude da expulsão da ordem) de pôr “uma grande parte da escravatura a rasgar os brejos de S. João Grande, reduzindo-os a pastos”; isso teria evitado que “vapores podres” chegassem à cidade do Rio.¹³

¹⁰Márcio de Sousa Soares, *A remissão do cativo*, Rio de Janeiro, Apicuri, 2009, cap. 1; Sheila de Castro Faria, *A Colônia em movimento*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998, p. 361.

¹¹Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, “Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da capitania de São Paulo”, *Anais do Museu Paulista*, vol. 17, n. 2, São Paulo, 2009.

¹²Manoel Martinz do Couto Reys, *Descrição geographica, pulitica e cronographica do districto dos Campos Goiatcaz*, Rio de Janeiro, APERJ, 1997, p. 37.

¹³Manoel Martins do Couto Reis, “Memorias de Santa Cruz”, *Revista trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, tomo V, n. 18, Rio de Janeiro, 1863, p. 144; 146-147.

Realmente, podia-se chegar ao ponto de dizer, no sudeste, que a pecuária teria mais capacidade que a agricultura para corrigir o ambiente. Escrevia-se em Campos, em 1819, que os primeiros proprietários da região, criadores de gado, desobstruíam sistematicamente os rios que regulavam o volume d'água da lagoa Feia. Os "agricultores" subsequentes, no entanto, deixaram de fazê-lo, produzindo pântanos, desleixo só eliminado pela intervenção de autoridades.¹⁴

Era possível perceber também no Brasil a ideia que associava a malária à vizinhança de matas

Antes disso, Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, governador de São Paulo na virada do século XVIII para o seguinte, misturara pântanos e matas para explicar a insalubridade e tanto ele quanto seus ascendentes imediatos combinavam carreira militar fidalga com experiência em possessões ultramarinas experimentadas como pestilenciais.¹⁵ Quanto aos miasmas, "muitos Paizes, que n'outro [sic] forão epidemicos, hoje se achão salutíferos, á proporção, que tendo-se derribado algua das suas Mattas se lhes facilitou a livre Circulação do Ar, e se lhes extinguirão os seus pantanos".¹⁶ O raciocínio partia do desflorestamento, passava pela circulação do ar e pelo dessecamento e chegava, por fim, à extinção do elemento palustre.

Afirma-se que os viajantes alemães Spix e Martius tiveram grande influência sobre letrados brasileiros do século XIX. Se tiver sido assim, talvez eles tenham notado que, em relação à Amazônia, os naturalistas referiam-se à área do rio Japurá enfatizando a posição baixa, úmida e destituída de ventos e entendendo que essa carência derivaria da densidade da vegetação; agiriam, permitidas por tudo isso, exalações miasmáticas e substâncias vegetais e minerais dissolvidas na água, produzindo endemias.¹⁷ Enfatizavam-se ainda os ventos, embora sem referência ao dessecamento.

Como Couto Reis, Raimundo José da Cunha Matos vinha de posição militar e interesse geográfico, embora não fosse engenheiro. Podem ser lidos em seu *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão* alguns trechos nos quais julgava encontrar fontes de insalubridade em matos. Em 1823, por exemplo, atribuiu centenas de mortes ocorridas na enchente e na vazante do rio de São Francisco, em sua parte mineira, à "malignidade da atmosphaera" do rio. Esse militar português com extensa experiência santomista e incorporado

¹⁴Anônimo, *Memoria topographica e historica sobre os Campos dos Goitacazes*, Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1819, p. 11-12.

¹⁵Pablo Oller Mont Serrath, *Dilemas & conflitos na São Paulo restaurada: formação e consolidação da agricultura exportadora (1765-1802)*, Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 58-59.

¹⁶Antonio Manuel de Mello Castro e Mendonça, "Memória econômico política da capitania de S. Paulo", *Anais do Museu Paulista*, tomo XV, São Paulo, 1961, p. 101.

¹⁷Jean Luiz Neves Abreu, "Contribuições à Geografia Médica na viagem de Spix e Martius", *Hygeia*, vol. 3, n. 5, Uberlândia, 2007, p. 4.

em posições centrais da formação do Estado imperial brasileiro¹⁸ lamentou que, apesar de mortandades como aquelas, “até agora a mão do homem não fez o mais pequeno beneficio sanitario”.¹⁹ Ao percorrer o caminho do rio São Francisco ao Paranaíba, escreveu que vinha encontrando “immensa gente soffrendo febres terçãs e biliosas”, o que, para ele, se ligava a habitarem essas pessoas “em lugares baixos e pantanosos, junto ás margens dos rios e córregos, e na proximidade de matas”; caberia muita responsabilidade também a “miasmas pútridas [sic] que exhalão as plantas e outros corpos em decomposição”.²⁰ Tratava-se do mesmo triunfalismo de que já se tratou aqui. É bem verdade que predominavam em Cunha Matos as avaliações que conectavam a malária a águas estagnadas.²¹ Mas, sem contar que a conexão matas-malária somente tornava mais nítida uma justificação de derrubadas que a conexão pântanos-malária também punha em jogo, há o fato de que a coerência obsessiva não era o principal defeito dessas pessoas. Analogamente, a posição triunfalista não era considerada algo contraposto em termos absolutos e definitivos a uma atitude, de certa forma, preservacionista.²² De fato, ao invés da resolução dessas contradições e hesitações, é bem mais interessante chamar a atenção para o temor que as envolvia e motivava: Matos indicava diversas partes da província de Goiás, no início dos anos 1820, como as “mais insalubres do universo”.²³ A hipérbole é eloquente.

Além disso, não escondia a origem de suas crenças sanitárias: “Ninguém mais do que eu tem vivido em paizes insalubres”,²⁴ escrevia, o que seria algo próprio de militares. A propósito de seu trajeto pela região do norte de Goiás, referia-se a um grande “abandono”, por falta de agricultura e de indústria, fraca criação de gado e miséria generalizada, que detectou em “philosophicas viagens” feitas com “vistas puramente militares”.²⁵

Um médico com carreira de grande circulação atlântica também associava matas a insalubridade. José Pinto de Azeredo, de formação inglesa e que atuou no Rio de Janeiro e em Luanda,²⁶ julgava uma coisa boa haver plantas em cidades, mas que grandes problemas derivavam da concentração espacial de árvores:

Convem muito que as arvores estejam espalhadas; porque as matas, e os bosques em lugar de serem uteis, são prejudiciaes, entertendo hum ar impuro, e nocivo, fermentando as folhas que cahem, interceptando a communicacão da luz, e passagem das

¹⁸ José Augusto Pádua, *Um sopro de destruição*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004, p. 70-71; 178-179.

¹⁹ Raimundo José da Cunha Matos, *Itinerario do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Geraes e Goiaz*, vol. I, Rio de Janeiro, Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1836, p. 72.

²⁰ Raimundo José da Cunha Matos, *Itinerario do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Geraes e Goiaz*, vol. I, Rio de Janeiro, Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1836, p. 98.

²¹ *Idem*, *Ibidem*, p. 74-75.

²² *Idem*, *Ibidem*, p. 131; José Augusto Pádua, *Um sopro de destruição*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004, p. 70-71.

²³ Raimundo José da Cunha Matos, *op. cit.* p. 134.

²⁴ *Idem*, *Ibidem*, p. 140.

²⁵ *Idem*, *Ibidem*, p. 223-224.

²⁶ Manuel Serrano Pinto *et al.*, “O médico brasileiro José Pinto de Azeredo (1766?-1810) e o exame químico da atmosfera do Rio de Janeiro”, *História, ciências, saúde - Manguinhos*, vol. 12, n. 3, Rio de Janeiro, 2005.

virações, abrigando finalmente infinitos animaes, que infestão a sua atmosfera.²⁷

Às vezes, o que vinha depois do desflorestamento era o que se reputava saneador. Ao longo do século XIX, o café, apesar de sua péssima reputação em relação à tuberculose, por exemplo, terminou por ganhar alguns créditos em virtude da malária. Reinhold Teuscher, médico alemão que atuou junto aos escravos de fazendas de Cantagalo, Rio de Janeiro, nos anos 1840 e 1850, chamou a atenção quanto a diversas endemias, mas era bastante tranquilo em relação à malária, julgando importados, isto é, não gerados pelas condições locais, os poucos casos de febres intermitentes que detectou nas fazendas.²⁸ Mais tarde, mas ainda dando vazão a uma impressão importante no período que mais interessa aqui, a Câmara de Resende respondia em 1886 a um inquérito da Biblioteca Nacional sobre as condições dos mais de 800 municípios brasileiros do período (apenas cerca de 120 Câmaras responderam). No quesito “salubridade”, dizia que, em virtude de “solo enxuto” e “temperatura regular”, inexistiriam doenças endêmicas. As “que aparecem, vindas de logares estranhos em quadras epidemicas, não se desenvolvem com intensidade”.²⁹

O caso de Azeredo mencionado torna a estimular a que se pense no impacto de experiências atlânticas na definição desse tipo de profilaxia. João Pedro Marques julga em relação às iniciativas africanas dos portugueses, que, até 1860, um dos principais mecanismos sugeridos para evitar a malária era o arroteamento de áreas de floresta.³⁰ A noção era antiga, tendo circulado em São Tomé durante o século XVI: discutindo o impacto da “lavoura do açúcar”, um piloto português informou que, sem ventos, multiplicavam-se os mosquitos, pela vizinhança mantida por aquela lavoura em relação a bosques, a fim de garantir lenha. A insalubridade desapareceria nas cercanias de povoações, pois, inexistindo bosques, sumiriam os mosquitos.³¹ Não era comum associarem-se mosquitos à malária nessa época, mas se as derrubadas efetivamente afastassem insetos, é de se pensar se não se podia enfatizar a contiguidade entre os insetos e a doença mesmo que não se reconstituísse a cadeia de eventos.

Além de não se identificarem mosquitos *Anopheles* como vetores de plasmódios, não era necessariamente lembrada em bases constantes a associação da presença daqueles insetos com águas estagnadas. Mas o dessecação do ambiente como resultado da devastação era percepção que já circulava,

²⁷ José Pinto de Azeredo, *Ensaio sobre algumas enfermidades d'Angola, dedicados ao Serenissimo Senhor D. João Príncipe do Brazil*, Lisboa, Regia Officina Typographica, 1799, p. 42.

²⁸ Teuscher *apud* Robert Edgar Conrad, *Children of God's fire*, 3. ed., Philadelphia, University Park, Pennsylvania State University Press, 2006, p. 90-91.

²⁹ Gilberto Vilar Carvalho (ed.), “Projeto de um dicionário geográfico do Brasil – I parte”, *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 110, Rio de Janeiro, 1990, p. 147.

³⁰ João Pedro Marques, *Os sons do silêncio*, Lisboa, ICS, 1999, p. 382.

³¹ Luís de Albuquerque (ed.), *A Ilha de São Tomé nos séculos XV e XVI. Navegação de Lisboa à Ilha de São Tomé*, escrita por um piloto português – Documentos vários referentes à Ilha de São Tomé (séc. XV), Lisboa, Alfa, 1989, p. 26.

podendo ser notada na Europa desde o século XVIII.³² Talvez essa ideia estivesse de alguma forma pressuposta nas propostas no sentido de que o desflorestamento reduziria a frequência dos mosquitos. Humboldt deu boas-vindas a derrubadas amazônicas por julgar que os incômodos causados por esses insetos seriam reduzidos quando a “humanidade” modificasse “a superfície do solo” e, portanto, a “constituição da atmosfera”. Assim, desapareceriam as “árvores vetustas da floresta”, levando consigo os mosquitos.³³ É relevante o fato de esse tipo de avaliação aparecer no meio de uma obra em que predominaram traços de preservacionismo:³⁴ não é ruim acrescentar a incoerência à mistura de pavor, estratégia de acumulação (ou de sobrevivência) e impossibilidade de conhecer que vem sendo tratada neste trabalho. A ideia tinha alguma história no âmbito administrativo colonial. Segundo Marcelo Almeida Oliveira, em Porto Seguro, no fim do século XVIII, um ouvidor que estimulava vilas e lhes traçava plantas, julgava que o corte da vegetação ao redor de assentamentos poderia arejá-los, além de mantê-los a salvo de animais perigosos e de mosquitos.³⁵

Dos médicos ilustrados ao histórico de atuação em diversas regiões do Atlântico

A figura do viajante naturalista é fundamental para compreender o século XVIII, mas o modelo ilustrado de médico nas Américas ibéricas, segundo Steven Palmer, era o de sábios que perseguiram individualmente o estudo clínico e o conhecimento de naturalista a partir de sua prática médica, sem pressupor muita movimentação.³⁶ No início do século XIX, por exemplo, ilustrados na atual Colômbia rejeitavam a influência escolástica, centrando suas expectativas na prática clínica, por oposição à especulação; mas essa prática se ligava à fixidez da escola, de modo que não dava muito lugar a aproximações com uma geografia médica, mesmo que rudimentar.³⁷ Essa fixidez não combinava muito com o medo às matas. Mas, no decorrer do século XIX, um novo tipo de clínico apareceria no mundo colonial europeu, associado à progressiva adoção de princípios neo-hipocráticos, bem como sintonizado em relação à

³²Richard H. Grove, “A historical review of early institutional and conservationist responses to fears of artificially induced global climate change: the deforestation-desiccation discourse, 1500-1860”, *Chemosphere*, vol. 29, n. 5, Cambridge, 1994. José Bonifácio escrevia com certa frequência sobre dessecação, embora julgasse que ele potencializava as febres, ao invés de reduzi-las: “E donde vem tantas sezões e febres malignas nos campos abertos e calorosos de Portugal, senão da falta de bosques em paragens próprias, e as agoas correntes que alimentavam? Sem matas, quem absorverá os miasmas dos charcos”? Cf. José Bonifácio de Andrada e Silva, *Memoria sobre a necessidade e utilidades do plantio de novos bosques em Portugal*, Rio de Janeiro, Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, 1977 (fac-símile da 1ª ed., Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1815), p. 13.

³³Nícia Vilela Luz, *A Amazônia para os negros americanos*, Rio de Janeiro, Saga, 1968, p. 38.

³⁴José Augusto Pádua, *Um sopro de destruição*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004, p. 133.

³⁵Marcelo Almeida Oliveira, “As roças brasileiras, do período colonial à atualidade: caracterização histórica e formal de uma categoria tipológica”, *Varia Historia*, vol. 28, n. 48, Belo Horizonte, 2012, p. 756.

³⁶Steven Palmer, “Beginnings of Cuban bacteriology: Juan Santos Fernández, medical research, and the search for scientific sovereignty, 1880-1920”, *Hispanic American Historical Review*, vol. 91, n. 3, Durham, 2011, p. 448.

³⁷David Sowell, “Contending medical ideologies and state formation: the nineteenth-century origins of medical pluralism in contemporary Colombia”, *Bulletin of the History of Medicine*, vol. 77, n. 4, Baltimore, 2003, p. 909.

ênfase dada aos médicos militares em detrimento dos viajantes naturalistas; assim, aumentava a importância de uma Medicina em movimento, atenta a fatores ambientais, acrescentada ao clínico de centros urbanos e ao naturalista investigador de espécies específicas e/ou coletor de drogas.³⁸ Isso deveu muito ao estabelecimento de carreiras militares marcadas por alargada circulação atlântica e, após 1830, na África mediterrânica. Muitas das posições examinadas deveram mais à própria circulação do que à posição de médico ou de militar. Os resultados desse relativo abandono do modelo de médico ilustrado podem ter conduzido a uma revalorização de percepções sobre o ambiente da malária como as mencionadas; assim, a leitura desses quase contemporâneos dos derrubadores da época da Independência brasileira pode ser esclarecedora a respeito destes últimos.

*Humboldt deu boas-vindas a derrubadas
amazônicas por julgar que os incômodos causados
por esses insetos seriam reduzidos quando a
“humanidade” modificasse “a superfície do solo”*

No meio dessas transições, enfatizava-se em ambientes médicos portugueses do século XIX que a raiz das infecções palustres era a vegetação dos pântanos, mais que os próprios charcos: uma “flora especial, característica das regiões pantanosas”, provocaria as infecções palustres.³⁹ Os crentes da putrefação reagiam a esse desenvolvimento, no fim das contas, mostrando sua difusão. Um deles, no início do século XIX, rejeitava a suspeita, a qual julgava difusa, de que a floração de algumas gramíneas originaria febres. Nepple, fiel aos pântanos e à putrefação, ao rejeitar a hipótese, terminava por deixar ver que ela era comum. Escreveu que “se está geralmente persuadido na Bresse, até mesmo entre médicos”, de que a floração da “*anthoxantum odoratum*” era “uma das causas mais ativas da febre intermitente”.⁴⁰ O uso da expressão “até mesmo entre médicos” sugere que a crença era mais de outras pessoas.

O adensamento dessa preocupação em Portugal fornece indícios de sua presença em períodos mais recuados. Segundo críticas do início do século XX, fora encontrada a suposição de que, “Para a gênese do agente infeccioso [da malária] bastava segundo a opinião d’estes observadores, entre outros Collin,

³⁸Dilma Fátima Avellar Cabral da Costa, *Entre ideias e ações: lepra, medicina e políticas públicas de saúde no Brasil (1894-1934)*, Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007, p. 100; Rosa Helena S. G. de Moraes, “A geografia médica e as expedições francesas para o Brasil: uma descrição da estação naval do Brasil e do Prata (1868-1870)”, *História, ciências, saúde – Manguinhos*, vol. 14, n. 1, Rio de Janeiro, 2007, p. 55.

³⁹Matheus Augusto Ribeiro de Sampaio, *Prophylaxia da infecção palustre*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1872, p. 14-15.

⁴⁰P. Frédéric Nepple, *Essai sur le fièvres rémittentes et intermittentes des pays marécageux tempérés*, Paris, Gabon, Librairie, et J.-B. Baillière, 1828, p. 149-150. Tradução do autor.

que o solo fosse fecundo, e estivesse inculto”. A febre intermitente seria resultado da “falta do aproveitamento da potencia vegetativa do solo”.⁴¹ Soava seguro que derrubar matos poderia gerar esses miasmas ao deixar inutilizada a “potência vegetativa”,⁴² mas parecia inegável que a agricultura esgotaria melhor essa virtualidade mortífera da fertilidade.

A experiência colonial tivera importância na conformação dessa percepção. Em São Tomé ou em Cabo Verde, as referências às virtudes saneadoras dos arroteamentos eram diretas. Em 1871, a ausência de cultivo em terrenos específicos continuava sendo vista como danosa. Manuel Ferreira Ribeiro escrevia então que as causas de insalubridade em Cabo Verde “se encontram nos terrenos incultos”. Escrevia:

Outra causa de insalubridade é a falta de cultura na maior parte dos terrenos da ilha. As terras incultas e fecundas são em geral insalubres e sob os tropicos prejudicialissimas. A sua insalubridade está na razão directa do humus e da quantidade e qualidade da vegetação que n’ellas existe.

Além disso, a mata muito cerrada ocultava árvores caídas, em processo de putrefação, levando a grande agravamento das febres no início das derrubadas.⁴³ Isso conduz a retornar às fronteiras brasileiras.

Livres pobres e matas na fronteira agrária

Relances acerca da relação das pessoas comuns com a questão das matas e das febres podem ser obtidos lembrando, primeiramente, que elas participavam à sua maneira do avanço agrário do período, assentando-se, também os pobres, na fronteira agrária. Assim, a legitimação súbita do avanço na direção das florestas de alguma forma fazia referência ao fato de a população livre brasileira estar começando a crescer de modo mais consistente. Além de o tráfico de escravos ter atingido então o seu auge histórico (durante a década de 1820), talvez ainda mais importante que ele, aliás já inusitadamente tumultuado a partir de 1830, era o crescimento da população livre, que começava a ganhar ímpeto, endogenamente, num processo ainda pouco conhecido.⁴⁴ Equivale a tudo isso afirmar que a fronteira reproduzia a brutal desigualdade social do restante da sociedade; a hierarquização dos livres acrescentava-se à disparidade entre estes e os escravos.

O avanço da ocupação do Oeste Paulista fornece indicações do ímpeto sobre as fronteiras agrárias durante a primeira metade do século XIX, que se achavam nessa época muito próximas a centros bem antigos. Isso torna

⁴¹Joaquim Condillac Pinto, *Estudo sobre a etiologia e a prophylaxia da malaria*, Porto, Oficinas do “Comercio do Porto”, 1904, p. 42.

⁴²Matheus Augusto Ribeiro de Sampaio, *Prophylaxia da infecção palustre*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1872, p. 20.

⁴³Manuel Ferreira Ribeiro, *Relatorio ácerca do serviço de saude pública na província de S. Thomé e Príncipe no anno de 1869*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1871, p. 128-130.

⁴⁴Maria Luiza Marcílio, “A população do Brasil em perspectiva histórica”, In: Iraci del Nero da Costa (org.), *Brasil: história econômica e demográfica*, São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986, p. 23-24.

o Oeste um exemplo elucidativo. O objetivo é identificar a conjugação de intensidade e diversidade dos movimentos migratórios, observando também aspectos dos padrões de assentamento. Observam-se, assim, recenseamentos de Constituição/Piracicaba em 1828 e de Limeira na década de 1840.

Constituição abarcava em 1828 uma área que, por volta de 1872, abrigaria oito municípios paulistas. Assim, nos anos 1820, sua extensão ultrapassava os seis mil quilômetros quadrados, em momento no qual era habitada por 5.262 livres e 3.235 escravos. A parcela do que viria a constituir o município de Limeira devia ser pequena nesse conjunto, mas essa vila, nos anos 1840, já desmembrada de Piracicaba, continha 1.577 escravos e 3.703 livres. Isso exprimia tanto o avanço demográfico brasileiro quanto o ímpeto de ocupação de fronteiras. A expansão na direção de baldios não se devia apenas aos movimentos da agroexportação; era de várias formas impactada por um fôlego que deitava raízes nas atividades desses livres pobres, ímpeto que pode ser entrevisto na Tabela 1. Limeira será tratada com mais atenção, usando-se os dados de qualidade circunstancialmente menor acerca de Piracicaba apenas depois dos limeirenses, a fim de contextualizar estes últimos.

Tabela 1. Migrantes e naturais em Limeira, conforme o local de nascimento, a idade e os indicadores de cor/condição social (ca. 1845)

Nascidos	Domicílios de brancos escravistas			Domicílios de brancos sem escravos			Domicílios de negros e pardos livres		
	Idade dos habitantes			Idade dos habitantes			Idade dos habitantes		
	Até 19	20 a 29	30 anos	Até 19	20 a 29	30 anos	Até 19	20 a 29	30 anos
	anos	anos	ou +	anos	anos	ou +	anos	anos	ou +
Em Limeira (%)	70,3	15,8	0,6	73,7	4,7	0,1	70,4	4,7	1,2
Num raio de até 100 km (%)	22,9	64,5	55,5	16,8	55,9	44,8	19,9	46,9	40,5
Num raio de 101 a 200 km (%)	5,4	15,8	37,0	8,4	36,7	51,7	9,1	42,2	46,4
Num raio de 201 a 500 km (%)	1,4	1,3	3,8	0,5	1,4	1,6	0,6	4,7	9,5
Num raio de + de 500 km (%)	-	2,6	3,1	0,6	1,3	1,8	-	1,5	2,4
Total (%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Em números absolutos	353	76	157	1.583	485	689	176	64	84

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Maços de população - Piracicaba, s/d.

Só as crianças e os muito jovens eram, tipicamente, nascidos em Limeira. Embora situado a apenas 150 km da quinhentista cidade de São Paulo, o local parecia estar vazio cerca de 30 anos antes do censo a que se faz referência aqui. As migrações drenavam áreas num raio de 200 km partindo do núcleo da vila. Atentando para as idades dos recenseados, suspeita-se que esses últimos locais continuavam a fornecer migrantes nos anos 1840, pois

um terço daqueles com idades na casa dos 20 prosseguiam sendo registrados como nascidos neles.

A atração exercida sobre a pobreza rural pode ser entrevista pelas cores atribuídas a esses livres, que podem funcionar como indicadores de suas posições sociais. Provavelmente, os pobres partiam de mais longe que os mais abastados (Tabela 1). Entre os brancos de Limeira que tinham entre 20 e 29 anos em meados dos anos 1840, era importante o predomínio dos nascidos em áreas situadas a até 100 km de distância. Já no caso dos negros livres, o predomínio era menos marcado. Pessoas com idades na casa dos 20 anos provinham em quantidades um pouco maiores de áreas distantes 100 a 200 km.

Para os que tinham 30 anos de idade ou mais, também havia diferenças. Os procedentes de lugares situados num raio de até 100 km de Limeira eram pouco mais da metade, no caso das famílias escravistas. Nas famílias de negros livres e de brancos sem escravos, a faixa modal era de 101 a 200 km. Não deve deixar de ser notado, no entanto, que o fôlego para migrar era um pouco maior entre os membros das famílias de brancos sem escravos.

O fato de a pobreza ter necessitado migrar a partir de pontos mais distantes é consistente com um estreito leque de estratégias de sobrevivência e de obtenção de autonomia. Para abastados, a maior proximidade entre seus locais de nascimento e Limeira aponta para maior continuidade entre os negócios que eles ou suas famílias tinham na origem e no destino. É comum nos estudos sobre propriedade fundiária afirmar-se que áreas de assentamento mais antigo viam suas propriedades agroexportadoras sucessivamente diminuir de tamanho, mesmo que não ocorresse decadência econômica, em virtude de partilhas e heranças, ao passo que as propriedades de senhores de escravos em áreas novas eram comparativamente gigantescas.⁴⁵

A identificação de procedências quanto a Piracicaba em 1828 é problemática, mas é importante observar esse caso para que a situação de Limeira não pareça isolada. Os registros das duas primeiras companhias de ordenanças — sede de parcela significativa dos engenhos de cana locais — não contêm dados sobre local de nascimento de quase ninguém. Nas listas das outras companhias de ordenanças, só há informação desse tipo para os chefes dos domicílios. Assim, é preciso comparar esse tipo de dado com os da Limeira de uns 20 anos depois. A questão quanto a Limeira é o fato de os recenseadores dos anos 1840 terem sido negligentes quanto a separar os domicílios uns dos outros, de modo que as pessoas cuja procedência é considerada na Tabela 2, em relação a Limeira, são os prováveis chefes de fogo.

⁴⁵Alice Piffer Canabrava, *História econômica: estudos e pesquisas*, São Paulo, Hucitec; Editora da Unesp; ABPHE, 2005, p. 210-215.

Tabela 2. Distribuição percentual por procedência de chefes e prováveis chefes de fogo em Piracicaba (1828) e Limeira (ca. 1845), conforme indicadores de posição social

Nascidos	1828: chefes de Piracicaba (3ª a 5ª companhias)			ca. 1845: prováveis chefes de Limeira		
	Membros de famílias possuidoras de escravos	Famílias chefiadas por brancos destituídos de escravos	Descendentes de forros (mulatos, pardos e pretos livres)	Membros de famílias possuidoras de escravos	Famílias chefiadas por brancos destituídos de escravos	Descendentes de forros (mulatos, pardos e pretos livres)
No local	15,6	11,6	23,4	1,7	1,4	2,2
Num raio de até 100 km	36,7	22,7	36,4	56,9	50,6	44,0
Num raio de 101 a 200 km	37,6	62,5	37,4	32,7	43,4	41,7
Num raio de 201 a 500 km	5,5	1,8	2,8	2,6	2,1	8,8
Num raio de + de 500 km	4,6	1,4	-	6,1	2,5	3,3
Total	100	100	100	100	100	100
Em números absolutos	109	216	107	116	583	91
Participação (%) no total de chefes de fogos em cada local	25,2	50,0	24,8	14,7	73,8	11,5

Fontes: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Maços de população – Piracicaba, s/d; Arquivo Público do Estado de São Paulo, Maços de população – Piracicaba, 1828.

Em Piracicaba, eram mais comuns que em Limeira os chefes de fogo nascidos no local, o que se aplicava inclusive aos mulatos, pardos e pretos; tudo era fruto da antiguidade um pouco maior do povoamento. Em Limeira, só em relação aos chefes pardos e pretos, proporção maior que a metade nasceu a mais de 100 km do local onde veio a estabelecer-se autonomamente. Em Piracicaba, em 1828, essa situação era mais característica dos brancos que chefiavam fogos sem escravos. Mas a importância relativa dos cabeças de domicílio nascidos a mais de 100 km de seu local de assentamento era inteiramente comparável nos dois lugares, para todos os grupos ultrapassando os dois quintos.

É certo que essa considerável presença de pobres rurais autônomos não eliminava o gigantismo de empreendimentos nessa fronteira cujo avanço era capitaneado por escravistas abastados. Não se devem esquecer os achados decisivos de Alice Canabrava e de Francisco Vidal Luna e Herbert Klein. Segundo a primeira, as propriedades agrárias pertencentes a escravistas na Constituição de 1818 eram muito maiores que as de senhores de cativos de áreas mais antigas do próprio Oeste, como Itu.⁴⁶ Segundo Luna e Klein, é perceptível em todo o Oeste um aumento no tamanho das escravarias durante o intervalo de avanço para a região, mostrando que a fronteira era crescentemente tomada

⁴⁶Alice Piffer Canabrava, *História econômica: estudos e pesquisas*, São Paulo, Hucitec; Editora da Unesp; ABPHE, 2005, p. 210.

pelos empreendimentos comparativamente gigantescos da cana.⁴⁷ Mas o desconcertante do quase deserto brasileiro do período era a receptividade dessa mesma fronteira expansiva à pobreza autônoma. A questão era o que esperava esse campesinato migrante nas áreas novas.⁴⁸

Febres em fronteiras agrárias

Observar um aspecto da insalubridade na fronteira agrária auxilia a compreender a intensidade com que era vivenciado o risco associado à malária. Examinam-se uns poucos anos de registros de óbitos em duas freguesias, sendo os locais e períodos selecionados em virtude da disponibilidade de informação sobre causas de morte imaginadas pelos párocos.

Há dados utilizáveis para um período curto no tocante a Rio Claro. Por volta de 1840, essa área canavieira, pertencente a Constituição/Piracicaba, apresentava dados na verdade difíceis de destrinchar sobre sua transição para uma concentração maior na lavoura cafeeira.⁴⁹ Em todo caso, era área expansiva, onde muitos habitantes novos vinham estabelecer-se. Há informação também sobre Mogi Guaçu. Durante a primeira metade do século XIX, a área se mantivera pouco animada economicamente, ligando-se à passagem para áreas mais ao oeste da província e à produção de alimentos. Após isso, no entanto, a lavoura cafeeira passou a implantar-se, já atraindo povoadores novos durante o período estudado.⁵⁰ Repete-se o procedimento de tomar os anos em que uma apreciação a respeito do impacto das febres é possível (1856 a 1869).

Os dados sobre escravos, especialmente os números de crianças sepultadas, deixam muito claro que o sub-registro deve ser levado em conta na leitura dos dados, inclusive dos respeitantes aos livres. Mas vê-se ter sido catastrófica a propensão a morrer dos livres com idades em que, dadas outras circunstâncias, o risco de falecer teria sido bem pequeno. O caso de Mogi Guaçu é aterrador: as populações do Oeste Paulista do século XIX costumavam ter uma quantidade de pessoas com 15 a 49 anos um pouco menor que a de crianças de 1 a 14 anos;⁵¹ no entanto, a quantidade registrada de mortos adultos era igual à de crianças, como se adultos em Mogi estivessem sujeitos às taxas de mortalidade que arrasavam populações mais jovens pelo Brasil afora. O sub-registro dos

⁴⁷Francisco Vidal Luna; Herbert S. Klein, *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*, São Paulo, Edusp, 2005, p. 62-66.

⁴⁸Ver também Hebe Mattos, *Das cores do silêncio*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995 e Márcia Maria Menendes Motta, *Nas fronteiras do poder*, Rio de Janeiro, Vício de Leitura; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

⁴⁹Warren Dean, *Rio Claro*, São Paulo, Paz e Terra, 1977. Os dados são difíceis de destrinchar porque o café começou a ser plantado no interior de fazendas de cana.

⁵⁰Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, *Província de São Paulo*, vol. 2, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1980, p. 121-122.

⁵¹Arquivo Público do Estado de São Paulo, Maços de população – Piracicaba, s/d; Arquivo Público do Estado de São Paulo, Maços de população – Piracicaba, 1828.

Tabela 3. Incidência de causas de morte passíveis de assimilação à malária ou a doenças com ela confundidas (Rio Claro e Mogi Guaçu, 1839-1869)

	Nº de mortos	Nº de casos de malária ou assemelhados
Rio Claro, 1839-1841		
Livres, 1 a 14 anos	124	27
Livres, 15 a 49 anos	60	20
Livres, 50 anos ou +	29	3
Escravos, 1 a 14 anos	35	4
Escravos, 15 a 49 anos	20	5
Escravos, 50 anos ou +	4	1
Mogi Guaçu, 1856-1869		
Livres, 1 a 14 anos	200	48
Livres, 15 a 49 anos	200	33
Livres, 50 anos ou +	127	24
Escravos, 1 a 14 anos	29	5
Escravos, 15 a 49 anos	52	3
Escravos, 50 anos ou +	23	4

Observações: (a) não se incluíram dados sobre mortes de crianças com menos de um ano de idade, pois as febres não eram comuns e grande parte dos registros não continha atribuição de causa; (b) as faixas etárias muito amplas se justificam por falhas nos registros, que obrigaram à atribuição da situação de criança, adulto ou idoso mediante o contexto; (c) assemelhados à malária: febre, febre malina, febre amalinada, malina, febre podre (podia referir maculo ou tifoide), maleita, sezões e febre perniciososa.

Fontes: Cúria Diocesana de Piracicaba, Óbitos - São João Batista do Rio Claro - 01 - ago/1830-set/1842; Cúria Diocesana de São João da Boa Vista de Mogi Guaçu, Nossa Senhora da Conceição de Mogi Guaçu - Óbitos de brancos, libertos e cativos, 1855-1877.

falecimentos de crianças foi muito alto? Migrantes se transferiam para dentro do açougue?⁵² Provavelmente as duas coisas.

Além do mais, é visível que a malária, ou a febre tifoide, explica muito desses falecimentos teoricamente inesperados. Quanto às mortes de adultos livres, o impaludismo e assemelhados eram responsáveis por uma em cada seis mortes em Mogi Guaçu, e por uma em cada três mortes em Rio Claro. A incidência entre os adultos escravos era claramente menor, tendo o triste destino das crianças cativas se diferenciado menos do das livres. As duas coisas são consistentes com a relativa imunidade dos cativos, descendentes que eram de gente proveniente das áreas de alta endemicidade da malária, que selecionava populações sem eliminar uma altíssima e muito perigosa incidência na infância.

O impacto das febres era muito alto e atingia pessoas em idades nas quais a morte era considerada algo distante. Além disso, deve ter ficado muito claro

⁵²Foi precisamente o impacto das febres em Mogi Guaçu que motivou d'Alincourt a usar, em 1825, exatamente a expressão "açougue". Ver Luiz d'Alincourt, "Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuyabá", *Anais do Museu Paulista*, tomo XIV, 1950, p. 290.

para os livres que a questão não residia em suas condições de vida, pois, embora as suas fossem melhores que as dos escravos, estes eram menos atingidos por essas doenças específicas, aguardando-os outros trágicos fados.

O desconcertante do quase deserto brasileiro do período era a receptividade dessa mesma fronteira expansiva à pobreza autônoma

Então, deve ter sido difusa a espécie de silvofobia a que se faz referência aqui, apesar de inconsistentes, incongruentes e dispersas as suas manifestações. Mas uma medida indireta da intensidade com que isso era sentido, quando aparecia, pode ser obtida por meio da leitura de um trabalho posterior que buscou conferir sistematicidade às expectativas sobre derrubadas saneadoras.

A silvofobia como sistema: Léon Colin

As noções sobre malária e florestas não soaram inteiramente absurdas durante boa parte do século XIX, apesar de não terem sido preponderantes. A obra de Léon Colin, de 1870, ajuda a contextualizar essas expectativas, pois esse trabalho, um tanto posterior ao período aqui priorizado e que passou perto das noções examinadas, fez parte de grande esforço de controle das endemias entre soldados franceses em expansão pelo Mediterrâneo e pelas Américas; além do mais, esteve próximo, intelectualmente, da definição efetiva do patógeno.

Empenhado em construir uma visão da malária mais centrada no solo do que nos pântanos, vasculhou literatura divulgada séculos antes, sendo significativo o fato de os médicos da Ilustração não terem sido muito frequentes em suas referências. Assim, permite que se obtenham relances sobre a difusão dessa visão que equacionava derrubadas com algum controle da malária no período que mais interessa aqui, o de uns 50 anos antes de seu próprio trabalho. O problema, para ele, estaria na conjugação de terras incultas, altos arvoredos e brejais, e não somente nestes últimos, como a categoria “palustre”, recorrente, faria imaginar.

Ao lado da putrefação, cria-se que a malária podia originar-se de algo como patógenos vivos, ou da potência para produzi-los. Essas crenças terminariam por desembocar na descoberta dos plasmódios por Charles Louis Alphonse Laveran, achado este com o qual o próprio Colin viria a ter relações, embora tensas (foi ele que leu o relatório de 1880 na Academia de Medicina). Não se objetiva aqui rastrear contribuições daquelas concepções para a definição da epidemiologia da malária. Focaliza-se, antes, a “difusão” daquelas crenças na potência vegetativa não utilizada; eram essas expectativas que vitimavam bosques e matas.

Para Léon Colin, o termo “intoxicação telúrica” seria mais conveniente do que “infecção palustre” para designar a malária, pois os pântanos seriam apenas uma das vias para a propagação da “ação tóxica do solo”. Nos “climas tórridos, é ainda do solo que procede o germe da afecção”. Não negava que a putrefação originasse miasmas, mas preferia tratar essa conexão causal como um caso particular, evitando exagerar seu papel. Numa apreciação de escala global, sugeria que a malária costumava resultar menos de pântanos e mais de solos incultos ou mal cultivados, especialmente quando também estivessem sujeitos a uma cobertura argilosa e menos permeável; quanto mais rico em detritos orgânicos fosse o solo, maiores seriam os riscos, especialmente perto do Equador.⁵³ Sua proposta de desconexão entre águas superficiais e malária e sua crença de que o cultivo sanearia regiões pareciam-lhe pontos tão pacíficos que chegou a manifestar-se favoravelmente a uma proposta feita ao Congresso de Florença no sentido da introdução, ali, dos cultivos de cana e algodão, pois isso eliminaria emanções telúricas. Assim, manifestando claramente seu temor aos solos e sua visão triunfalista a respeito do impacto da presença humana, julgava que o “preceito mais geral e mais absoluto” a ser seguido por moradores de regiões muito sujeitas à malária, como o Caribe, o México, o Brasil ou a Itália, seria o de viverem no centro mais aglomerado das urbes.⁵⁴ Isso tinha importância no desenvolvimento de seu raciocínio, pois, como as cidades concentravam lixo e dejetos, a relativa ausência das febres intermitentes constituiria prova de sua ligação com fenômenos outros que não o apodrecimento. Assim, cria que a “potência de rendimento” do solo poderia ser abafada, combatendo-se desse modo a malária, de maneira que fazia eco às percepções segundo as quais, da Argélia ao México, passando pelos Estados Unidos, cidades costumavam ficar livres das febres intermitentes que devastavam seus arredores. Embora cresse que a aglomeração potencializava doenças como o tifo, olhou com simpatia opiniões como as de que a “vizinhança de jardins” aumentava o risco de febres intermitentes.⁵⁵

Chegava a usar a expressão “febres telúricas”, explicando-as como resultado de um “princípio visível e palpável, animado ou não”, mas residente no solo, o que tornaria possível combater o “germe febrífero” no próprio terreno. É bem claro que estava na passagem para uma concepção microbiológica da malária, mas sua obsessão mesmo era com o solo e assim insistia na diversidade radicada no interior da “natureza íntima da febre”, diversidade que podia se ligar à conjugação de agentes de diversa natureza, desde o “germe febrífero” supracitado até um certo “veneno telúrico”.⁵⁶ Apesar da contiguidade do próprio Colin frente à descoberta do mecanismo efetivo de transmissão, ele ainda se situava, paradoxalmente, bem longe do princípio efetivo que seria descoberto por Laveran.

⁵³Léon Colin, *Traité des fièvres intermittentes*, Paris, J. B. Baillière et Fils, 1870, p. VII; 8; 175; 217. Tradução do autor.

⁵⁴*Idem, Ibidem*, p. 472; 483; 508-9. Tradução do autor.

⁵⁵*Idem, Ibidem*, p. 77-83; 95. Tradução do autor.

⁵⁶*Idem, Ibidem*, p. 359; 362-363. Tradução do autor.

A “potência de rendimento” do solo teria efeitos mórbidos quando não fosse “convenientemente direcionada” para “uma vegetação apropriada, à cultura, consequentemente”, pois esta teria marcada capacidade de “saneamento”. Embora tenha sido ambivalente a esse respeito, pois em certos momentos tratava as florestas, juntamente com as “plantações”, como as “barreiras mais seguras contra a malária”,⁵⁷ esse entusiasmo todo com as matas nunca durava muito: em seguida, decretava que as grandes árvores concentravam os miasmas em virtude de serem imóveis e graças à sombra que geravam; esses miasmas, inversamente, desapareceriam ao contato do ar livre e da luz do sol. Colin também reinterpretou à sua maneira anotações de James Lind sobre a Jamaica do século XVIII: marinheiros que derrubavam troncos para reparos navais durante a estação quente foram acometidos rapidamente de “febres perniciosas delirantes”. Para Colin, isso teria resultado da exposição das emanções do solo, provando a seus olhos que a cobertura florestal não esgotava a capacidade da potência vegetativa para produzir febres; ao contrário, esto-cava-a.⁵⁸ É verdade que o suposto risco manifestou-se na hora da derrubada, mas isso não significava que elas não deveriam ser realizadas. Indicava, antes, que era nas matas que aquele risco estava guardado.

É verdade que Dean nos habituou a pensar em florestas secundárias. Mas isso dependia da densidade demográfica nas áreas formadas por derrubadas

Além do mais, o dessecamento de pântanos (e não sua presença, como nas crenças mais difundidas) poderia ser nocivo, por expor solos ao contato humano. Informava existirem terrenos que só quando inundados se mostravam inofensivos, pois a água evitaria a interação do calor do verão com os solos lodosos. Hesitava quanto a descartar pântanos, mas essa hesitação era aparente: mesmo onde eventualmente protegessem das febres, aquilo de que se necessitava mesmo era sua substituição por grandes populações e por uma agricultura incrementada o suficiente para esgotar as potencialidades do solo. Não seriam os pântanos, por exemplo, os responsáveis por agravamentos que qualificava como “acessos perniciosos”; a “influência telúrica” teria a culpa, ao fazer crescer a “biliosidade” da febre.⁵⁹

Para Colin, as febres intermitentes derivavam da falta de vegetação nos pântanos, mais do que de sua exuberância. Embora não negasse a importância das emanções saídas dos detritos vegetais imersos nos charcos, considerava

⁵⁷Léon Colin, *Traité des fièvres intermittentes*, Paris, J. B. Baillière et Fils, 1870, p. VIII; 15; 70; 491. Tradução do autor.

⁵⁸*Idem, Ibidem*, p. 77; 244. Tradução do autor.

⁵⁹*Idem, Ibidem*, p. 253; 329; 464; 470-472. Tradução do autor.

que esse era apenas um caso particular, preferindo levar em conta a existência de lugares como o *Sahel* africano, muito febril, muito seco e muitíssimo fértil. Os terrenos de aluvião eram os que mais demandavam agricultura para reduzir seus perigos.⁶⁰ Concepções como essa podiam apaziguar profundamente os mais ansiosos por expandir os arroteamentos: se determinados terrenos ainda permitiam miasmas, mesmo que sujeitos à agricultura, isso se deveria a uma atividade agrária incompleta — além de ela não esgotar inteiramente o solo, exporia fertilidade a céu aberto. Agregue-se que os solos teriam “necessidade do calor para fecundar sua ação tóxica”, apontando para a fecundidade tropical, criadora de maiores urgências ali. Os terrenos nesses lugares seriam muito úmidos e ricos e, submetidos a sol ardente, produziriam excessivas emanações febris. Era urgente dar-lhes finalidade agrária.⁶¹

A ânsia por estancar as febres podia motivar releitura até mesmo da escravidão. Colin lamentava que na Guiana Francesa o fim do cativeiro tivesse produzido retração agrária e, portanto, proliferação das febres.⁶² O fato de a fonte dessa análise ter sido Laure — da Armada — indica que a experiência colonial estimulou essa percepção produtivista em médicos franceses. Laure indicou que o solo e vegetais inadequados, mais do que os pântanos, originavam os miasmas causadores das febres intermitentes. Chamava aquelas exalações de “miasmas vegetais”. A fertilidade pouco aproveitada do solo originava o problema: “os elementos de fecundidade são precisamente aqueles que engendram a febre”, sendo, assim, “a triste compensação da riqueza e da energia de vegetação”. A “única fonte” daqueles elementos seria “o miasma vegetal que reage sobre os humores à maneira dos fermentos”.⁶³

No livro de Colin, pode-se monitorar a difusão anterior de ideias como essas, notando-se leitura seletiva. Reconheceu a influência de Maillot, cuja autodefinição era significativa — atribuía-se uma “posição errante de médico militar” —, e que deu muita atenção às febres intermitentes ocorridas em locais “não pantanosos”.⁶⁴ Ao lado de referências a Giovanni Maria Lancisi, que no início do século XVIII teria julgado proveitoso para a saúde dos romanos a derrubada de florestas ao norte da cidade, insistia em que sua avaliação sobre a exposição do solo aos elementos sem vegetação suficiente para recobri-lo já havia sido proposta por Francesco Puccinotti quanto às febres perniciosas na Roma de 1819–1821, além de tributar a James Ranald J. Martin (década de 1810) algumas ideias sobre o lugar do telúrico na produção das febres.⁶⁵ Aprovava a percepção de Giovanni Battista Doni e Bernardino Ramazzini, ambos do século XVII italiano, segundo os quais o adensamento de populações protegia-as da malária, tomando a sério

⁶⁰Léon Colin, *Traité des fièvres intermittentes*, Paris, J. B. Baillière et Fils, 1870, p. 14; 17-18; 102.

⁶¹*Idem*, *Ibidem*, p. 20-23; 178. Tradução do autor.

⁶²*Idem*, *Ibidem*, p. 41.

⁶³Jules Laure, *Considérations pratiques sur les maladies de la Guyane et des pays marécageux situés entre les tropiques*, Paris, Victor Masson, 1859, p. 2-3; 7-11. Tradução do autor.

⁶⁴F. C. Maillot, *Traité des fièvres ou irritations cérébro-spinales intermittentes d'après les observations recueillies en France, en Corse et en Afrique*, Paris, J.-B. Baillière; Librairie de l'Académie Royale de Médecine, 1836, p. XI; 275 et seq. Tradução do autor.

⁶⁵Léon Colin, *Traité des fièvres intermittentes*, Paris, J. B. Baillière et Fils, 1870, p. 47, 66, 73, 177.

as visões sobre as febres formuladas por Mathieu François Maxence Audouard, no início dos anos 1820, e por Raymond Faure, na década seguinte, que as desvinculavam dos pântanos. Aprovou vivamente a iniciativa de Pio VII, em 1802, de ordenar o cultivo nos arredores de Roma a fim de sanear a cidade, o que também teria motivado os grão-duques da Toscana a patrocinarem forte expansão dos cultivos. Mas no fim das contas, deixava claras as origens coloniais e militares dessas percepções: sua concepção acerca da relação entre a hipertrofia do baço e a “caquexia palustre” nas regiões temperadas e quentes foi em parte formulada em função da grande insistência de seus “colegas da marinha”. Julgava devidos à conquista de Argel os avanços obtidos no conhecimento das febres.⁶⁶

Considerações finais

As ligações propostas aqui entre medo às febres e impulso ao desflorestamento não alteram o quadro montado por Pádua para dar conta das atitudes quanto ao meio natural no Brasil do período. Todavia, informam alguma coisa a respeito da intensidade e da difusão dessas atitudes, bem como sobre a forte circulação de sentidos originados de experiências sertanejas e do Atlântico não europeu, especialmente das costas africanas e caribenhas. Como se viu, o medo à malária mostrou-se estímulo adicional para o impulso agrícola, no que foi reforçado pelo fato de que o avanço na direção da fronteira agrária também era questão crucial para segmentos depauperados da população brasileira.

É verdade que Dean nos habituou a pensar em florestas secundárias e, portanto, em processos de recomposição. Mas isso evidentemente dependia, entre outras coisas, da densidade demográfica nas áreas formadas por derrubadas e há relativa segurança quanto ao fato de os locais dedicados à produção de alimentos no Brasil do século XIX terem abrigado densidades significativamente maiores do que as das áreas agroexportadoras. É de se lembrar a densidade de Jacareí, município do Vale do Paraíba paulista, onde preponderava a agricultura de alimentos; ela possivelmente constituía, por volta de 1835, quase o dobro da prevalecente em Bananal, que rumava para tornar-se o maior município cafeeiro do Vale paulista (cerca de 20 e pouco mais que 10 habitantes por km², respectivamente).⁶⁷ É sempre possível lançar mão do exercício contrafactual de pensar em uma intensificação da agricultura. Mas, além de contrafactual, o exercício significaria desconhecer o que se escreveu aqui a respeito da desigualdade reconstruída e intensificada no bojo da ocupação de baldios. Eram exatamente os menos capitalizados os que produziam maior densidade demográfica.

Um ponto a ser enfatizado é o da dimensão atlântica inserida na definição dessas expectativas quanto ao saneamento via derrubadas. Dos militares dos

⁶⁶Léon Colin, *Traité des fièvres intermittentes*, Paris, J. B. Baillière et Fils, 1870, p. 78; 93; 182; 356; 363-364; 487.

⁶⁷Alice Piffer Canabrava, *História econômica: estudos e pesquisas*, São Paulo, Hucitec; Editora da Unesp; ABPHE, 2005, p. 210-215; Daniel Pedro Müller, *Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo*, 3. ed., São Paulo, Governo do Estado, 1978, p. 132-135 e José Flávio Motta, *Corpos escravos, vontades livres*, São Paulo, Annablume; Fapesp, 1999.

arredores de 1800 aos médicos franceses do século XIX, passando por administradores fidalgos militarizados, o trânsito por diversas margens do Atlântico esteve vinculado de algum modo à formulação do equacionamento entre florestas e malária. Possivelmente, a experiência de muitas áreas pestilenciais sem pântanos, ou mesmo comparativamente muito secas, teve relação com esse fato. É verdade que isso pertence ao século XIX, mas lusitanos transitavam antes disso por muitos locais febris. Esses locais, embora não fossem florestados, não tinham abundantes áreas alagadas, o que deve ter conduzido muita gente a problematizar o “palustre” da malária, abrindo caminho a visões como as estudadas neste trabalho. Não foi por outra razão que a condição de militares de muitos dos teóricos das derrubadas recebeu alguma ênfase.

Havia coisas demais conspirando para estimular o avanço na direção das matas. A população crescia inusitadamente, o café se expandia, o açúcar agora se tornava também expansivo, pelo menos até 1840, na província de São Paulo (na do Rio de Janeiro, além disso), a fronteira se mostrava estratégia de sobrevivência para a pobreza, a regulação da ocupação de baldios (as sesmarias) havia sido suprimida em 1822, precisava-se enfrentar a recessão atlântica do segundo quarto do século XIX e a produção açucareira, além de ter-se interiorizado, passou a privilegiar ainda mais a produtividade e o volume para ocupar os lugares deixados vagos pelo Caribe, em lugar das quantidades limitadas de açúcares de alta qualidade. Parte das discussões contemporâneas coroava o conjunto com a percepção de que as derrubadas teriam implicações positivas para a sobrevivência das pessoas, tocando num ponto particularmente sensível. O ferro e o fogo realmente iriam ficar no centro da cena nesse período circundante à Independência do país e não seria essa a última vez em que preservação e sobrevivência se chocariam, real ou equivocadamente.